

O Brasil vive | Luiz Marques

19/06/2021

“A manhã vai chegar.”

Thiago de Mello

Todos e todas que, em mais de quatrocentos pontos do país, saíram nesse 19 de junho às ruas pela vida (contra o genocídio) e pela democracia (contra o neofascismo), com o brado “Fora Bolsonaro”, lavaram a alma. O tempo despendido com o isolamento social em *home office*, conforme o protocolo das autoridades sanitárias, ou na batalha do ganha-pão montado em motos de *delivery* pela cidade, não arrefeceu a rebeldia que abrigam do lado esquerdo do peito. Os protestos massivos ao longo do dia memorável tiveram um conteúdo manifesto e, ainda, um conteúdo latente.

1) O conteúdo *manifesto* esteve nas palavras de ordem que acompanharam as carreatas, as passeatas e cada um dos atos populares, de Norte a Sul. Esteve também no sentimento de pertença a uma comunidade nacional democrática, assentada na pluralidade política e na comunhão de sonhos. O companheirismo foi a certeza de participarmos do bom combate, compartilhando a mesma emoção sob as máscaras preventivas e a convicção – com provas – de amor ao próximo. Contrapartida à incúria sistemática do desgoverno miliciano, o qual por meses a fio ao longo do ano passado se negou adquirir os lotes vacinais oferecidos pelos laboratórios.

Os imunizantes, se comprados, teriam salvo mais de dois terços dos quinhentos mil mortos pela Covid-19 (Paulo Gustavo, presente!), até o momento. A alegação para as sucessivas recusas foi de que os contratos eram exorbitantes. Para variar, uma mentira. “*Brasil só questionou termos de vacinas após um ano. Embaixadas foram acionadas em 2021 para saber se cláusulas eram iguais em outros países – e eram*”, denunciou o jornal Valor Econômico na edição de 18/06 do corrente. O morticínio foi o resultado previsível da necropolítica embutida na estratégia de imunidade de rebanho. O pseudo tratamento equiparou a população a gado e minimizou a importância do planejamento logístico para a vacinação geral. O negacionismo sobre a doença pandêmica coroou o crime de responsabilidade do genocida Bolsonaro.

2) O conteúdo *latente* esteve na mobilização em si, que evocou uma consciência socialista / democrata ao tomar medidas protetivas solidárias contra o vírus mensageiro da morte. Isso não ocorre nas ultra-individualistas exhibições de força neofascistas, em que aqueles(as) que se protegem (e a outrem) correm o risco de serem hostilizados e chamados de “*maricas*”, para evocar o epíteto usado pelo presidente pornocrata que ascendeu ao poder pelas mãos, sem álcool gel, da conspiração acobertada pelo Judiciário e o Ministério Público, a Lava Jato.

Os neofascistas não protagonizam *manifs* por direitos, mas aglomerações provocativas de setores em defesa de privilégios. Inscrevem-se na lógica do individualismo, embora se diferenciem do conceito de “*desobediência civil*” formulado por Henry Thoreau (1817-1862) que opunha a individualidade ao Estado. A diferença é que os bolsominions, de oposicionistas, não têm nada. Seus “*desprotestos*”, ilustrados numa esquete do Porta dos Fundos, não vêm a público contestar o *status quo* ou as (im)políticas governamentais traçadas na pandemia, por exemplo, mas apoiá-las com o figurino da corrupta CBF. Suas procissões narcísicas de estúpida soberba promovem a... “*obediência civil*” ao Estado de exceção que pretendem ressuscitar das cinzas malcheirosas da ditadura militar e do AI-5.

Para onde vamos

John Rawls (A Theory of Justice, 1975) distingue a desobediência civil por impulsos individuais espontâneos das manifestações coletivas coordenadas por movimentos sociais, sindicatos, associações e partidos políticos. As ações que demarcam o território das personas frente ao Estado, Rawls considerou positivas como a decisão de Thoreau de morar na floresta para não pagar impostos. As ações que expressam uma articulação de grupos e/ou segmentos de classe organizados, considerou negativas. A organização das insatisfações violaria a autonomia individual.

A noção de liberdade dos sujeitos sociais está além do horizonte intelectual do liberalismo clássico, que concebe a sociedade de forma não-holística como um somatório de indivíduos atomizados. Não à toa, o Direito Coletivo do Trabalho, a tutela jurídica para compensar a hipossuficiência do empregado, sofre objeções dos que buscam antepor o negociado (individual) ao legislado (coletivo). O regramento comum seria uma interferência no curso natural das coisas. O neofascismo, braço autoritário da sociedade neoliberal, insere-se nessa perspectiva ao eliminar os interditos e liberar os pequenos déspotas nas empresas e no cotidiano para assediar, andar sem máscaras PFF2, aglomerar-se, dirigir acima do permitido, etc.

As manifestações do povo antineofascista revelaram em embrião os valores da sociedade que queremos: a dialética de cuidados entre o indivíduo e a coletividade, o respeito à diversidade e o convite à participação, a crítica às desigualdades e à indiferença do medíocre ministro da Economia, que recomenda dar restos de comida aos pobres em vez do auxílio emergencial de R\$ 600,00. Mereceu a ironia de Guido Mantega, para quem Paulo Guedes quer implantar o “*Restos Zero*”. O protagonismo combativo que fez história, sábado, amparou o desejo ardente de centenas de milhares de mentes e corações em uma tríplice rejeição. Ao colonialismo (o racismo), ao patriarcado (o sexismo) e ao neoliberalismo (a mercantilização que interpenetra o conjunto das relações sociais) no âmbito da política, da economia e da cultura.

Os manifestantes condenaram o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, que empurram as classes trabalhadoras para o desemprego e a precarização, seja pela suspensão do direito humano ao trabalho, seja pela exploração que anda junto com a terceirização e a informalidade. Como no conto de Rubem Fonseca, O Cobrador, os brasileiros(as) cobram das instituições estatais alimento para saciar a fome e as vacinas atrasadas para preservar a

saúde. Mas a esperança nas condições garantidoras da sobrevivência biológica e do ar que respiramos condensou mais do que uma lista de necessidades urgentes para enfrentar as crises econômica e sanitária acirradas pela presença de Bolsonaro no Palácio do Planalto. Expôs os nervos da utopia de Bem-Estar pela qual lutamos. As ruas decidirão nosso futuro. O Brasil vive!

- *Luiz Marques* é professor universitário, UFRGS



Foto: Ricardo Stuckert

Compartilhe nas redes: